

ÍNDICE

Notas & Agradecimentos	9
Prólogo: Solidariedades de fronteira e de classe	13
Introdução: O tema e os problemas	17
Capítulo 1. A guerra civil de Espanha e o estudo do acontecimento	27
1.1. História e Antropologia: um diálogo interdisciplinar	29
1.2. Memória colectiva e movimentos sociais pela memória	35
1.3. Trabalho de campo e arquivos: caminhos e encruzilhadas	39
Capítulo 2. O lugar da fronteira: território e relações fronteiriças	47
2.1. Barrancos na encruzilhada de uma fronteira tripla	49
2.2. Uma fronteira de múltiplas pertenças	59
2.3. A construção das nações, e as práticas da periferia	71
Capítulo 3. A sociedade barranquenha: ricos, pobres e remediados	85
3.1. <i>Eram donos da terra, do povo, e de tudo</i>	94
3.2. <i>E logo os do campo chamavam çivinas aos que estavam no povo</i>	116
3.3. <i>Naquela altura não havia reivindicações, miséria havia!</i>	130
Capítulo 4. O Estado Novo e a acção dos seus representantes na fronteira	141
4.1. A Guarda Fiscal: um símbolo do Estado na fronteira	147
4.2. “Pela Lei e pela Grei”: repressão e resistências	160
4.3. A polícia política, e a dominação pelo medo	171

Capítulo 5. A guerra na fronteira, e os fluxos de refugiados	193
5.1. Os vizinhos de Encinasola: solidariedades e delação	207
5.2. Resistência política em Oliva de la Frontera	225
5.3. Os campos de refugiados: nas margens do mundo e da humanidade	236
5.4. Tempos de errância e intermitências da vida: de Barrancos a Tarragona ...	250
Capítulo 6. Processos de dominação e estratégias de resistência	269
6.1. “Vencidos” e “vencedores” na sociedade do pós-guerra	274
6.2. O regresso dos republicanos: <i>rojo de toda la vida</i>	283
6.3. <i>Não fomos contrabandistas, trabalhamos no contrabando</i>	298
Conclusões: usos políticos e lutas pela memória	315
Fontes e Referências Bibliográficas	321
Anexos	347

NOTAS & AGRADECIMENTOS

O meu interesse pela história e as memórias da guerra civil de Espanha na raia portuguesa surgiu em 1986, despertado pelo entusiasmo do historiador César Oliveira em torno da produção de uma série documental para a Radiotelevisão Portuguesa, que nunca se realizou. Durante anos o tema permaneceu latente, configurando-se na tese de doutoramento em Antropologia, defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em Dezembro de 2011. Este livro resulta desse trabalho, ao longo do qual recebi o apoio de muitas pessoas, a quem estou profundamente grata, recordando a Professora Luísa Tiago de Oliveira, que acolheu entusiasticamente o tema na cadeira optativa de História Oral, durante a minha licenciatura em Antropologia no ISCTE/IUL em 2002. No mestrado de Antropologia dos Movimentos Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e no Centro de Estudos de Etnografia Portuguesa (CEEP) recebi a orientação teórico-metodológica fundamental à construção do projecto de investigação, destacando o contributo humanista e intelectual do Professor Jorge Crespo. Para orientadora da dissertação elegi a Professora Paula Godinho, pelas afinidades temáticas com as suas linhas de investigação, e pela motivação e rigor científico que a caracterizam. As suas qualidades profissionais e humanas merecem a minha admiração, e o profundo agradecimento pela sua confiança e verdadeira amizade. Ao Professor José María Valcuende del Río, co-orientador à distância, devo o acolhimento na Universidad Pablo de Olavide em Sevilha, o debate de ideias e a cumplicidade nesta jornada. Ao Professor Francisco Espinosa agradeço o acesso a uma inesgotável bibliografia e a uma extensa rede de contactos, que permitiu o debate em torno da recuperação da memória histórica das ditaduras ibéricas. Na primeira aproximação ao movimento social de recuperação da memória histórica em 2004, recordo a generosidade da Professora Conxita Mir ao partilhar os seus trabalhos e apoiar a minha candidatura a bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, juntamente com as professoras Luísa Tiago de Oliveira, Clara Carvalho, Margarida Fernandes, e os professores Raul Iturra, Brian Juan O'Neill, Jorge Freitas Branco e Francisco Espinosa, aos quais agradeço a confiança que depositaram neste projecto.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia devo a bolsa de investigação SFRH/BD/29075/2006 (Outubro/2006 a Setembro/2010), sem a qual seria inviável concretizar este estudo. Ao Professor Heriberto Cairo, da Universidad Complutense de Madrid, agradeço o prefácio deste livro, assim como a coordenação e a integração no projecto “El Discurso Geopolítico de las Fronteras en la Construcción sociopolítica de las Identidades Nacionales: El caso de la frontera hispano-portuguesa en los siglos XIX y XX”, financiado pelo Ministerio de Educación y Ciencia, Ref.SEJ2007-66159, do qual resulta parte deste trabalho.

No terreno, o efémero encontro com Gentil de Valadares assinalou um momento marcante no percurso da investigação, gerador de uma multiplicidade de conhecimentos, situações e emoções, plasmados na publicação do livro com as suas memórias, em parceria com Francisco Espinosa. A minha gratidão aos seus familiares e a sua irmã Esmeralda Adelaide de Seixas, com particular apreço pela cordialidade do Dr. António de Valadares. Em Barrancos, agradeço a inestimável colaboração de Carlos Durão (primeiro presidente da Câmara eleito pelos barranquenhos) resgatada de 1986, sugerindo-me informantes e integrando-me nas histórias e nos quotidianos das pessoas. Ao presidente do município, Dr. António Pica Tereno, e aos vereadores Dr.^a Isabel Sabino e António Gavino o reconhecimento pelo apoio logístico, o acesso aos arquivos municipais e à publicação deste livro. Aos funcionários da Câmara Municipal retribuo a atenção dispensada aos meus pedidos, destacando a documentação gentilmente cedida pelo Dr. Jacinto Saramago e pela Ana Isabel Alcario, e a colaboração da Dr.^a Domingas Segão e da Margarida Bergano a quem agradeço. Ao Dr. Miguel Rego e à Dr.^a Cristina Rubio devo a partilha de conhecimentos e a bibliografia sobre Barrancos, recordando os passeios e as conversas com a Cristina em ambos os lados da fronteira, durante os tempos livres que amavelmente me dedicou. Aos barranquenhos agradeço a simpatia e o acolhimento daqueles que acederam partilharam as suas memórias, em entrevistas ou conversas informais, plasmadas neste livro. Ao longo do tempo perdi a oportunidade do reencontro com algumas destas pessoas, das quais preservo gratas recordações, como Clemente Marques, António Borrhalho, Emílio Domingues, José Lopes Ângelo, Maria dos Remédios Ramos, Manuel Durão e José Gaspar. A minha profunda gratidão para com Manuel Agudo dos Santos e Maria dos Remédios Guerreiro (já falecidos) e Francisca dos Santos Agudo, pelo carinho e familiaridade com que me acolheram em suas casas e por partilharem comigo a vida de todos os dias.

Em Oliva de la Frontera agradeço a Victor Mainar, Manuel García e Josefa Gamero, a colaboração e a amizade, assim como às pessoas que acederam falar de um passado que tentaram olvidar, com especial carinho por Manuel Méndez, já falecido. De Gracia Velázquez e Jacinto Velázquez

destaco a confiança, na partilha de memórias silenciadas e documentos circunscritos ao grupo familiar. Em Encinasola, agradeço a Arancha Márquez e a Antonio Guillén os contactos e materiais disponibilizados, destacando a afabilidade de Dionizia Roque e Manuel López, Francisco Sabido e Isabel Vázquez ao receberem-me em suas casas, para narrarem as suas histórias de vida. A Cayetano Ibarra Barroso (coordenador do Projecto para la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura), a Moisés Cayetano Rosado, a Justo Vila Izquierdo e ao Professor Julián Chaves Palacios agradeço a oferta de publicações e a divulgação parcial do meu trabalho, realçando a preciosa colaboração e amizade do Dr. José Manuel Corbacho Palacios (presidente da Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura).

A Gabrielle Le Ber Garcia o reconhecimento pela cedência da entrevista realizada a Manuela Martín, em Rennes. A José Cruz Chávez, Maria Dolores Delgado Matamoros, Francisco Espinosa e Carlos Pessoa agradeço a autorização para publicação das suas mensagens, e a Teresa Ruiz de Alarcón Jaramillo a oferta do livro de seu marido Manuel Tapada Pérez, já falecido. Aos amigos e colegas Ángel del Río Sánchez, Ángel Hernández, Ángel Olmero Alonso, António Galamba, António López Rodríguez, António Orihuela, Arcángel Bedmar, Eduarda Rovisco, Felipe Lorenzana de la Puente, Fernando Romero Romero, Francisco Ferrándiz, Inês Fonseca, João Honrado, José Duarte Mendes, José Hinojosa Duran, José Maria Lamas, José Miguel Leal da Silva, Margaret Van Epp, Pura Sánchez, Sónia Almeida, Sónia Ferreira, Vanessa Almeida e Virginie Guilloteau agradeço a cedência de documentos, artigos, livros e teses. Pelas leituras parciais deste trabalho, pela cumplicidade, pelo estímulo e afecto agradeço à minha irmã Maria Cristina Antunes, à Vanessa Almeida, à Conceição Pereira e à Eduarda Rovisco.

Com os meus pais aprendi a importância do compromisso na relação com os outros, da solidariedade e da coragem para enfrentar as vicissitudes da vida, valores orientadores da minha rota pelos quais lhes estarei sempre grata. Ao Fernando, companheiro de muitos sóis e luas, e à nossa filha Helena, não tenho como agradecer o apoio nesta jornada, por vezes difícil de conciliar com as solicitações e as rotinas da vida familiar. A todos se deve este livro pela dignificação dos esquecidos e silenciados da História, cujos erros e lacunas são da minha inteira responsabilidade.

PRÓLOGO: SOLIDARIEDADES DE FRONTEIRA E DE CLASSE

Reconheço que poucas vezes li de uma tirada uma tese doutoral, como ocorreu com aquela que deu lugar a este livro. Parece que os académicos têm por hábito ser enfadonhos e densos nas argumentações. A primeira coisa que se pode afirmar do trabalho de Dulce Simões é que tem uma leitura agradável, porque está bem construído, apresenta personagens atrativos e mantém o interesse da trama, como nas boas novelas, demonstrando que a literatura académica não está desligada da boa literatura.

Creio que a maior virtude deste trabalho é oferecer uma nova realidade empírica sobre uma questão de interesse: as resistências à dominação, a solidariedade, e como estas se entrecruzam com a soberania dos Estados, em particular com as ditaduras ibéricas dos anos de 1930, num espaço fronteiriço (entre Barrancos, Encinasola e Oliva de la Frontera) eminentemente dominado por diversos fluxos que vão permitir o desenrolar de novos fluxos, durante e após a Guerra Civil espanhola. Neste sentido, não quero deixar de assinalar que esta afirmação reflecte alguma ambiguidade na minha leitura, já que a autora afirma claramente que “o problema de partida se centra nos mecanismos de transmissão das memórias de resistência na fronteira e na sua capacidade estruturante, entretecendo as lutas cotidianas do meio rural com acontecimentos históricos”. Não deixa de ter razão quanto ao objectivo geral, contudo, parece-me que o seu trabalho reconstrói melhor a resistência e a dominação, a solidariedade com os perseguidos políticos naquele Verão e Outono de 1936 e as suas consequências, e fá-lo a partir dos relatos de alguns protagonistas da época (ou descendentes) e de documentos encontrados em arquivos. Isto não quer dizer que não seja de grande interesse o contexto da recuperação da memória histórica. É, e muito, porque reconstrói aspetos desconhecidos, ou pouco conhecidos até ao momento, e em especial apresenta e analisa as solidariedades das classes subalternizadas com os refugiados republicanos e o percurso de alguns até Tarragona, graças à atuação do tenente Seixas. Sem dúvida constituirá referência obrigatória para o que ocorreu na Guerra Civil de Espanha nesta zona da fronteira luso-espanhola. O trabalho proporciona uma revisão crítica e importante da literatura sobre o tema, e, além disso, constrói um

marco teórico suficiente para a sua explicação. Neste âmbito também é digno de mencionar que retoma os argumentos teóricos nos diferentes capítulos, de modo a que não haja um desfazamento entre o capítulo “teórico” e o resto do trabalho, mas sim um diálogo entre teoria e estudo de caso, permitindo à primeira exercer o seu papel, que não é outro que o de explicar, e de projetar luz sobre os dados empíricos.

Também temos de dizer que se trata de um trabalho muito honrado, que explicita fontes, reconhecendo limitações, e não tenta explicar o que não pode explicar. As consultas dos arquivos estão documentadas, e as permanências de trabalho de campo estão claramente marcadas. Isto também é digno de realçar, num mundo académico em que, lamentavelmente com certa frequência, se tenta “dar gato por lebre”. Quanto à metodologia, é uma etnografia histórica, pelo que, logicamente, a autora se ocupa primeiro das relações entre a História e a Antropología, que, como todas as intersecções entre ciências sociais, é complexa. Não obstante, e sem querer estender-me numa matéria em que sou leigo, posso afirmar o princípio geral de que situarmo-nos nas margens das disciplinas permite-nos fazer luz sobre numerosos problemas que se ignoram, desde o *main stream*, formulando novas perguntas e linhas de investigação.

A autora quer situar o seu trabalho no estudo que alguns denominam como “movimento social da memória histórica”, aludindo a uma autêntica acção colectiva a que assistimos desde o ano 2000, em Espanha, por parte de grupos, fundações e associações que têm como objetivo recuperar a memória histórica republicana, como fazem outros autores¹, mas creio que não é aí que se situa o maior interesse do trabalho. Não se trata aqui, em meu entender, de movimentos sociais, nem de memória histórica, nem de movimentos rurais em Barrancos, mas de estrutura social, e embora as fronteiras entre ambos os conceitos sejam muito ténues, creio que faz sentido falar de uma estrutura social sem classes intermedias entre as classes proprietárias dominadoras e os trabalhadores rurais subalternos. A resistência e dominação devem explicar-se nesse contexto de uma sociedade agrária latifundista, que a autora analisa com mestria no capítulo 3. É importante entender a relevância deste facto, já que as classes subordinadas seguem as dominantes porque estas dominam a agenda social, fazendo inteligível ou ininteligível qualquer acção social. No caso das ditaduras ibéricas é impor-

¹ É o caso, por exemplo, de Sergio Gálvez Biesca: “El proceso de la recuperación de la ‘memoria histórica’ en España: Una aproximación a los movimientos sociales por la memoria”, *International Journal of Iberian Studies*, Vol. 19, Num. 1, 2006, pp. 25-51, o Arturo Peinado Cano: “El movimiento social por la recuperación de la memoria histórica: entre el pasado y el futuro”, *HISPANIA NOVA. Revista electrónica de Historia Contemporánea*, Num. 6, 2006 [URL: <http://hispanianova.rediris.es/6/dossier/6d029.pdf>. Consultado el 25/11/2011].

tante ter em conta o conceito de hegemonia de Gramsci, mais que o de “repressão” de Arendt, porque a larga dominação de ambos os ditadores não se baseou somente no encarceramento, ou na eliminação física dos adversários (importante ao princípio), mas na extensão de um discurso sobre a paz, o desenvolvimento e os valores conservadores que abrangeram amplos sectores sociais.

Alguns temas que se tratam nesta obra são apaixonantes para um geógrafo político, como este que vos escreve. Um deles é a preocupação de Salazar pelo “contágio” que podia vir de Espanha, através da fronteira política. As metáforas organicistas que encontramos no texto não são alheias às teorias geopolíticas fascistas em voga na época, que concebiam o Estado como uma autêntica forma de vida. A Geopolítica, segundo os seus praticantes, servia para desenhar as políticas tanto exteriores como interiores do “Estado organismo”, a partir das condições geográficas em que se desenvolvia a sua “vida”, tentando desenvolver o “sentido de espaço”, já que só aqueles Estados que o possuíam podiam “crescer” e “sobreviver”. Por outras palavras, trata-se do “conhecimento dos caracteres duradouros, determinados pela terra e ligados ao solo, que caracterizam a formação, a manutenção e o desaparecimento da potência no espaço; trata-se de uma condição preliminar necessária, de uma propedêutica, de uma escola preparatória para todos os que querem praticar esta arte [da política pura]”². Portugal apresentava-se como um país pequeno³, que apenas cresceria e sobreviveria resguardando-se do seu único vizinho.

Temos de ter cuidado quando reconstruirmos períodos de tempo a partir das memórias de actores implicados nos processos que marcaram esses períodos. Um dos casos que mais me surpreendeu foi descrito por uma colega da Universidade Nova de Lisboa, Margarida Fernandes⁴, ao estudar o período da reforma agrária e da ocupação de terras em Baleizão, que ao entrevistar um dos dirigentes das cooperativas agrícolas que se tinham constituído, este negava qualquer participação nos acontecimentos, que a documentação consultada provava sobremaneira. Neste aspecto Dulce Simões é cautelosa, aliás entende e adverte o leitor que toda a memorização é uma reconstrução dos acontecimentos.

Os campos de concentração, os campos de refugiados são efectivamente um espaço-tempo excecional, fora do tempo e do espaço, que para o detido termina com a sua morte ou libertação, de facto o refugiado não é mais que

² Karl Haushofer: *De la géopolitique*, Paris, Fayard, 1986, p. 102.

³ Ver Heriberto Cairo: “«Portugal is not a Small Country»: Maps and Propaganda in the Salazar Regime”, *Geopolitics*, 11 (3), 2006, pp. 367-395.

⁴ Veja-se Margarida Fernandes: *Terra de Catarina: do Latifúndio à Reforma Agrária, Ocupação de Terras e Relações Sociais em Baleizão*, Oeiras, Celta Editora, 2006.

a primeira distorção de uma larga serie. Jordi Soler numa magnífica novela, “Los rojos de ultramar”⁵, relata como o seu avô e outros familiares, exiliados no México de Cárdenas, tinham uma existência à margem do tempo, absolutamente referenciada a Barcelona de onde tiveram que fugir e ao ditador que dominava com mão de ferro o país que deixaram. Como escreve Soler:

“Pensaban que estaban en México de paso, que las democracias echarían al dictador y que ellos regresarían. Cuando España ingresó en la ONU [1955] comprendieron que no podrían volver y organizaron el atentado. [...] Cinco republicanos furiosos, aislados en la selva, batallando contra una guerra que había acabado... La idea resultaba muy atractiva a la izquierda internacional, además tenían dinero para financiar el complot, pero fracasó. Conservaban la imagen de la España de 1939, que no se correspondía con la realidad de la de los primeros años sesenta”⁶.

Atualmente as fronteiras não são bem vistas, e por todo o lado aparecem movimentos “sem fronteiras” (Médicos Sem Fronteiras, Engenheiros Sem Fronteiras... inclusive Palhaços Sem Fronteiras) que as tentam superar, mas cada vez tenho mais presentes as apreensões foucaultianas acerca da ideia de um governo mundial: seria um mundo terrível, porque todos os governos tendem a homogeneizar as suas populações, a acabar com as dissidências internas, e as fronteiras supõem uma porta entreaberta para os que desertam, os que resistem à dominação. Podemos sempre encontrar zonas opacas para o poder nas zonas fronteiriças, de facto, todo o esforço do século XIX e princípios do XX nas fronteiras ibéricas está dirigido à supressão das estratégias que permitiam aos habitantes da fronteira escapar aos impostos do Estado, ou à sua agência de recrutamento. E Barrancos, em 1936, mostra que, por sorte, não se tinham perdido todos os objetivos: as solidariedades das classes subalternizadas, muitas vezes nascidas no contrabando que tinham que praticar para sobreviver, superaram a fronteira como linha divisória entre amigos e inimigos.

En Pozuelo de Alarcón (España), a 27 de diciembre de 2011

Heriberto Cairo

⁵ Veja-se Jordi Soler: *Los rojos de ultramar*, Barcelona, Alfaguara, 2004.

⁶ Rosa Mora: “Los nietos de la guerra también somos mutilados”. Entrevista a Jordi Soler, escritor, *EL PAÍS*, Cultura, 10 de Junio de 2005.

INTRODUÇÃO: O TEMA E OS PROBLEMAS

“A Guerra Civil de Espanha esteve no fulcro da política externa de todas as potências mundiais, ocupou o cerne das discussões políticas, a primeira página de todos os jornais do mundo, desencadeou paixões e acções arrebatadas, gerou violências e injustiças, forjou ódios e apelou a todas as espécies de heroísmo individual e colectivo, mobilizou intelectuais, escritores, poetas, artistas, homens e mulheres da Europa, das Américas, das sete partidas do Mundo; proporcionou aventuras, criou espaço ao romantismo político (...) a que nenhum homem ou mulher da Europa dos anos trinta conseguiu ficar indiferente. Ela marcou, de uma ponta à outra da Europa, toda uma geração” (Oliveira, 1987: 140).

A guerra civil de Espanha foi um conflito nacional à escala internacional que trespassou a fronteira portuguesa, rompendo abruptamente a vida quotidiana das populações locais. A violência e a tragédia humana vivida e testemunhada por milhares de pessoas justificam que gerações inteiras conservem a memória do acontecimento, assinalando as suas posições éticas e as suas visões do mundo. Em Portugal, no concelho de Barrancos, na raia do Baixo Alentejo, ocorreram dois dos maiores fluxos de refugiados espanhóis para território português formados por grupos ideologicamente opostos, cujo acolhimento legitima a construção de uma memória social local, alicerçada na solidariedade como valor identitário da comunidade. A versão consensual de apoio aos vizinhos espanhóis, facilmente reconhecida e aceite por todos os actores sociais, banaliza a realidade histórica, omitindo a existência de conflitos e a complexidade real do acolhimento, esquecendo uma multiplicidade de fenómenos e a dinâmica estrutural que os produziu em elementos de carácter conceptual, simbólico e evocativo. A história local transforma-se, paradoxalmente, num instrumento que destaca as continuidades simbólicas significativas da sociedade, produzindo o consenso sobre a interpretação histórica do passado como projecto para as gerações futuras.

O propósito de tratar esta complexidade incitou-me a estudar a mudança social numa conjuntura de aceleração histórica, partindo da memória de protagonistas e testemunhas da guerra civil espanhola num contexto rural e fronteiriço. Como objectivo geral questiono as ambiguidades e ambivalência do lugar da fronteira como espaço de múltiplos poderes, inserindo este

trabalho num conjunto de estudos rurais mais abrangentes, que atribuem legibilidade ao conflito, à relação das populações com o Estado e às mediações. A atenção analítica às relações de poder enfatiza as estratégias de resistência dos actores sociais, como *praxis* culturais modeladas pelos processos sociopolíticos das histórias ibéricas. O enfoque sistémico nos fenómenos locais e na acção dos indivíduos, inseridos num nível macro de mudanças políticas, contempla a longa duração, articulando diversos passados e presentes. Ao integrar este estudo no processo de recuperação da memória da guerra civil de Espanha, analiso o impacto do acontecimento na vida das populações locais, problematizando os usos da memória como legitimadores da ordem social presente.

O problema de partida centra-se nos mecanismos de transmissão das memórias de resistência na fronteira, e na sua capacidade estruturante, entretecendo as lutas quotidianas do meio rural com acontecimentos históricos. Designo por memórias de resistência as recordações colectivas que circulam no espaço privado da família, dos amigos e dos vizinhos, como herança identitária de grupos socialmente subalternizados pelo poder hegemónico. Na antropologia encontramos diversos estudos focalizados nas memórias de resistência, como o de George Collier (1987) sobre os socialistas na Andaluzia rural durante a II República, o de Jerome Mintz (1983) sobre as memórias colectivas dos anarquistas em Espanha, o de Paula Godinho (2001) sobre as lutas dos trabalhadores rurais do Couço durante o Estado Novo, ou o de Inês Fonseca (2006) sobre a recuperação da terra do povo de Aivados após o 25 de Abril de 1974, entre outros. Estes estudos, demarcados pelo tempo, tratam formas de luta e de resistência que emergiram em conjunturas históricas favoráveis, contrariando o imobilismo e a passividade associada ao mundo rural, assim como a ausência de consciência de classe dos assalariados rurais.

As comunidades rurais preservaram ao longo do tempo a imagem da comunidade resistente no campo da memória colectiva, apesar de fragmentada pelos fluxos migratórios ou pelos exílios forçados, actualizando as memórias de diferentes acontecimentos (ou memórias diferentes de um mesmo acontecimento) no momento do reencontro, atribuindo-lhes conotações políticas óbvias e explícitas, a somar aos papéis politicamente mais implícitos de comemoração constitutiva da identidade do grupo (Fentress & Wickham, 1992: 143). Um acontecimento representa sempre uma confluência de alteridades, adquirindo o seu devir e sentido na recepção e nas representações que dele se têm (Farge, 2002). No caso da guerra de Espanha, as alteridades expressam resistências, conflitos e lutas sociais, no lugar da sua inscrição, acentuando a bipolarização entre ricos e pobres, trazendo à lembrança um tempo de privações, de repressão e medo, entretecido pela solidariedade, pela astúcia, pela dissimulação, e pelo silêncio, como “armas

dos fracos” (Scott, 1985). A memória informa-nos sobre aquilo que nos é mais difícil de alcançar, como por exemplo encontrar a maneira sensível, social e política onde os outros reconstruíram o acontecimento, onde se reconheceram nele, ou onde o rejeitaram inexoravelmente.

Quando as pessoas nos transmitem as suas recordações a sua importância é sempre muito vasta, e nessas ocasiões as interpretações que atribuíamos às suas palavras geram uma multiplicidade de problemas, obrigando-nos a interrogarmo-nos sobre o significado que lhes atribuem. Em algumas ocasiões, as conversas sobre os acontecimentos da guerra civil de Espanha activam uma memória colectiva silenciada, por vezes traumática, mítica e fragmentada, enquanto noutras situações deparamo-nos com memórias colectivas fortemente enraizadas, plenas de acção. As memórias da ditadura salazarista emergem quase sempre entrelaçadas no contexto histórico da guerra, quando as pessoas recordam a repressão e as suas condições de vida, estruturando a coesão de um grupo subalternizado como uma unidade colectiva, edificada num espaço social de conflito e interdependências. Desta forma, a narrativa de um acontecimento é a sua pedra angular (Farge, 2002), através da qual podemos compreender realidades extremamente diversificadas, que impõem uma infinita flexibilidade na sua análise histórica e social.

No processo de construção de uma etnografia histórica elegi como terreno o concelho português de Barrancos, estabelecendo pontes com as populações espanholas vizinhas, de Encinasola (Andaluzia) e Oliva de la Frontera (Extremadura). Nas três localidades encontrei ecos do passado, consolidando a pertença à Nação (portuguesa e espanhola), mas sobretudo laços de parentesco e vizinhança unindo-as no tempo longo da História (Vasconcelos, 1955; Bastos & Everard, 1982; Franco, 2000; Cosme, 2001; Simões, 2007, 2009, 2009a e 2009b; López, López, 2002; Sancha Soria, 2008; Vellarino Luna, 2009). No registo escrito sobre Barrancos, os discursos enfatizados pelos eruditos locais e translocais legitimam o castelo de Noudar como símbolo da nacionalidade e matéria de património, um “lugar de memória” (Nora, 1984), disputado e conquistado ao longo de séculos por portugueses e espanhóis (Bastos & Everard, 1982; Coelho, 1997; Franco, 2000). As populações raianas, para além de apreenderem o discurso dos eruditos, partilham a “memória do lugar” vinculada à vida quotidiana com os vizinhos espanhóis, em narrativas de fugas e de refúgio resgatadas do tempo do contrabando e da guerra de Espanha (Pires, 1997; Barriga, 1999; Tapada Pérez, 1999; Mascarenhas, 2002; Simões, 2007, 2009). As memórias locais estão marcadas por sofrimentos e privações (entretidas por aventuras do contrabando), à qual a guerra imprime sentimentos de amizade e de intolerância, mapeando no corpo o sofrimento humano vivido e expressado pelas gentes raianas. Como assinala Reinhart Koselleck (1979), quem procura

encontrar o quotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido (Koselleck, 2006: 13). No entanto, existem muitos estudos sobre a guerra, mas poucos se debruçam sobre o sofrimento humano, como se fosse uma experiência distanciada da realidade quotidiana. As vidas destruídas pela guerra, em qualquer parte do mundo, desafiam os atingidos mas também os etnógrafos, a redefinirem a ordem e a desordem, as perdas e os ganhos, a cooperação e a resistência, a opressão e a solidariedade, a violência e a afirmação humana, a estrutura e a acção, a hegemonia e a resistência (Greenhouse, cit. em Godinho, 2011: 449-450). Neste estudo, as representações sociais da guerra de Espanha permitem compreender como um acontecimento à escala internacional alterou a dinâmica social das populações fronteiriças, e de que forma as memórias do passado servem no presente para construir identidades e edificar uma memória contra-hegemónica das ditaduras ibéricas.

Manuel Loff (2006) diz-nos que o facto da guerra civil de Espanha ter ocorrido num momento crucial para a consolidação da ditadura em Portugal, desempenhando um papel central na definição ideológica e internacional do regime salazarista, contribuiu para que a lógica censória do regime se abatesse implacavelmente na produção bibliográfica e literária sobre o conflito espanhol, gerando um efeito perverso, o de podermos perceber a sua capacidade de condicionar deliberadamente a construção da memória futura da sociedade. Na década de 1980 a democracia portuguesa permitiu uma investigação livre e isenta da censura e autocensura que a lógica totalitária da política educacional e cultural do Salazarismo havia imposto. O primeiro objecto da investigação histórica portuguesa, que problematizou o impacto da Guerra de Espanha em Portugal, centrou-se ao nível do Estado, na actuação do Governo de Salazar e das instituições, passando posteriormente para o terreno das relações sociais. A historiadora Iva Delgado (1980) foi pioneira neste estudo, mas foi César Oliveira (1987) que deixou bem claro que a historiografia da guerra civil de Espanha tinha ignorado, de forma sistemática, a importância de Portugal, do Estado Novo e de Oliveira Salazar no apoio à retaguarda logística, política, diplomática e militar essencial para a vitória da sublevação militar em Espanha e o sucesso da consequente guerra civil (Loff, 2006). Paralelamente, o historiador Jorge Alves (1981) estudava o impacto da guerra espanhola na região do Barroso, fronteira com a província galega de Ourense. Em 1987 Varela Gomes reuniu, na obra *Guerra de Espanha. Acheegas ao redor da participação Portuguesa* reeditada em 2006, um conjunto de escritos publicados no jornal *Diário de Notícias* e na revista *Versus* sobre as memórias de portugueses que lutaram no exército republicano. A intenção do autor foi questionar o silêncio da democracia sobre a participação de antifascistas portugueses em Espanha, dignificando

a acção de centenas de homens de diversos grupos sociais movidos por um mesmo ideal, mas esquecidos pela sociedade e pela História. Para o esquecimento evocado por Varela Gomes (1987) contribuíram os poderes políticos e a comunicação social, que nas primeiras décadas da democracia deram continuidade ao discurso salazarista, pautado pela violência de ambos os “bandos de guerra” e pela luta contra o comunismo.

Em 1986, aquando do 50.º aniversário do início do conflito, a imprensa portuguesa recompilou crónicas dos repórteres de guerra (caso do *Diário de Notícias*) sem qualquer contextualização, à excepção do *dossier* publicado na revista *História*. Para assinalar a efeméride a Radiotevisão Portuguesa (RTP) exibiu a série britânica “The Spanish Civil War”¹, enquanto nos bastidores se produzia uma série documental proposta pelo historiador César Oliveira e pelo realizador José Elyseu². A série “Portugal e a Guerra Civil de Espanha” (aprovada a 30 de Maio de 1986, com emissão prevista para Março de 1987) pretendia ser “uma contribuição importante, não apenas para preencher lacunas significativas na historiografia portuguesa contemporânea, mas como uma homenagem aos que, num ou noutro campo, tomaram em Espanha na defesa dos seus ideais”³. No entanto, a série foi sistematicamente adiada, apesar das dezenas de horas de filmes de arquivo visionadas, dos compromissos internacionais para compra de imagens, dos custos com visitas técnicas e autoria de guiões, das dezenas de

¹ Os seis episódios produzidos pela Granada Television Production em 1983 podem ser visionados em: http://wn.com/Spanish_Civil_War_The_Falange

² José Elyseu e César Oliveira foram os autores da série documental de 13 episódios “Os Anos do Século”, cujo 11.º episódio intitulado “A guerra Inútil” originou um processo disciplinar ao realizador da RTP. Sobre este caso resolvido na justiça dos tribunais foi publicado em 1979 o livro *Os Anos do Século. Poder Político e Comunicação Social*, Edição do Sindicato da Actividade Cinematográfica, recolhendo depoimentos e documentação de um longo processo que questionou a liberdade na comunicação social pós 25 de Abril.

³ Excerto da sinopse da Ficha de Programas n.º 86114104074/081. Pasta 1, Arquivo particular. Tratava-se de uma série documental de oito episódios de 50’, realizada com material de arquivo (da RTP, TVE, BBC, ORTF, Cinemateca Nacional e Cinemateca Francesa), entrevistas a sobreviventes e imagens filmadas em Portugal e em Espanha. Na qualidade de assistente de programas da Radiotevisão Portuguesa realizei entre 7 e 10 de Julho, com César Oliveira, uma visita técnica a várias povoações fronteiriças alentejanas para recolha de depoimentos sobre refugiados espanhóis, assim como para conhecimento de locais e contactos para posteriores filmagens. De 21 a 24 de Julho realizou-se uma segunda visita técnica, com os mesmos objectivos, a povoações fronteiriças do Minho. Desta recolha foram seleccionados os testemunhos de treze pessoas no Alentejo e nove na zona minhota, aos quais se juntariam as vozes de mais vinte e cinco entrevistados (historiadores, políticos, militares e participantes directos no conflito em ambas as frentes).

pessoas contactadas, e da elaboração do Plano de Trabalhos⁴. Para José Elyseu o motivo do adiamento foi uma falsa questão, que impediu a realização de uma série politicamente incómoda para as jovens democracias ibéricas. Para além de pressões políticas veladas, o co-autor recorda como o X Governo Constitucional (1985-1987) assegurava os interesses dos grupos mais conservadores da sociedade portuguesa, e a luta política pela hegemonia da televisão estatal⁵. Somente em 1999 a RTP produziu o documentário “Salazar e o triunfo do Franquismo” (integrado na série *Crónica do Século* com direcção científica do historiador Fernando Rosas), no qual o jornalista Carlos Santos Pereira recuperou algumas memórias raianas no Alentejo e em Trás-os-Montes, relativas aos refugiados espanhóis. Posteriormente, a série de ficção “A Raia dos Medos”, da autoria de Francisco Moita Flores, reconstruía de forma romaneada a imagem do conflito no quotidiano das povoações raianas, cumprindo os desígnios da televisão pública.

Na última década, a comunicação social portuguesa tem acompanhado o movimento pela recuperação da memória histórica em Espanha, divulgando os acontecimentos mais polémicos, como o caso do Juiz Garzón. Porém, os comentaristas convidados pelas estações televisivas ainda analisam o movimento social pela memória como “abrindo feridas do passado”, reproduzindo o discurso hegemónico sobre o carácter fracturante da guerra nas sociedades ibéricas. Em 2009, quando o governo regional da Extremadura atribuiu ao Povo de Barrancos a Medalha da Extremadura reconhecendo o acolhimento aos estremenhos fugidos de conflitos políticos ao longo da História, as estações televisivas comerciais banalizaram o evento realçando as particularidades culturais dos barranquinhos, como distintivas de uma cultura homogénea nacional. As relações de vizinhança e solidariedade foram esvaziadas de significado pelo discurso da diferença, a que o ritual da tourada associava a mancha pictórica do sangue ao imaginário colectivo de uma guerra fratricida. A RTP destacou-se pela reportagem da jornalista Ana Luísa Rodrigues que, apesar de sujeita à voragem do efémero, divulgou um conjunto de testemunhos atribuindo significado às relações sociais e à existência humana. Paralelamente, alguns jornalistas têm construído novas

⁴ A 3 de Outubro César Oliveira contacta telefonicamente o realizador José Elyseu afirmando não compreender a atitude da RTP, disposto a expor o assunto ao Conselho de Gerência. Relatório da Série: “Portugal e a Guerra Civil de Espanha”, Pasta 1, Arquivo particular, p. 14.

⁵ Conversa com José Elyseu realizada a 21 de Março de 2011. Desta série restou um *dossier* composto de oito guiões (com cerca de oitenta páginas), Ficha de Programas, documentação relacionada com a pré-produção da série, como fichas de intervenientes, Plano de Filmagens, listagens de arquivo audiovisual, requisições de meios técnicos, despesas com deslocações, correspondência e relatório final de catorze páginas e dezasseis anexos. Pasta 1, Arquivo Pessoal.

narrativas sobre o conflito, com destaque para as reportagens de Carlos Pessoa focalizadas na repressão e na edificação de uma memória contra-hegémónica dos vencidos da guerra⁶.

Na década de 1990 duas teses de mestrado em História Contemporânea abordaram o tema da guerra de Espanha na raia do Baixo Alentejo, pondo em diálogo fontes escritas e fontes orais com o objectivo de analisarem o impacto do acontecimento junto das populações raianas (Pires, 1997), e os mecanismos de vigilância e fiscalização das povoações fronteiriças (Candeias, 1998). O estudo de João Carlos Urbano Pires (1997) representou um trabalho pioneiro de história oral, por contextualizar as memórias da guerra nos concelhos de Barrancos, Moura e Serpa⁷. Em 1998 Fernando Rosas reuniu na obra *Portugal e a Guerra Civil de Espanha* as comunicações do Colóquio Internacional realizado em Lisboa em 1996, que assinalou o 60.º aniversário do golpe militar franquista. Nesta publicação, investigadores portugueses e espanhóis reflectiram sobre as relações peninsulares num período de guerras globais: a II República, o Estado Novo e a causa nacionalista, e o movimento de solidariedade para com a República espanhola. João Brito Freire (1998) analisou a acção do Partido Comunista Português durante a Guerra Civil de Espanha, e João Freire (1998), autor da mais importante investigação sobre o anarquismo português, apresentou uma síntese sobre a intervenção dos anarquistas no conflito. Em 1978 o anarco-sindicalista Manuel Firmo publicara as suas memórias “Nas Trevas da Longa Noite”, recordando a participação na guerra civil espanhola integrado num batalhão de milícias da CNT/FAI, a fuga para França no final da guerra, a permanência nos campos de refugiados espanhóis em Argelès-Sur-Mer, e o regres-

⁶ Carlos Pessoa do jornal *Público* começou por divulgar desde 2007 estudos de caso a partir de trabalhos de investigadores (como Paula Godinho, Luís Cunha e Dulce Simões), contribuindo para a mediatização do caso de Barrancos. A 15 de Janeiro de 2011 publicava um dos melhores trabalhos jornalísticos, intitulado: “Os vestígios da guerra civil na paisagem da Estremadura”, produto da sua investigação junto da Asociación de Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura (ARMHEX), que teve a amabilidade de me enviar. Da troca de correspondência ficaram as suas palavras sobre os obstáculos à produção destes trabalhos: “Desde 2007, quando saiu a história sobre o Tenente Seixas, este é o quarto trabalho publicado. Muito pouco se pensarmos no tempo entretanto transcorrido e no número de histórias sobre as quais estou a reunir informação, mas imenso se considerarmos o ambiente colectivo desfavorável a estes assuntos e o desinteresse e alheamento por parte dos *media*. Ainda assim, é quase um milagre que seja possível propor e ver aceites estas reportagens aqui no jornal – já está garantida a saída em breve de um outro trabalho sobre um episódio ocorrido no Alentejo” (correspondência particular de 19/1/2011).

⁷ Sobre o estado da arte na história oral portuguesa ver o artigo de Luísa Tiago de Oliveira “A História Oral em Portugal”, consultável em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n63/n63a08.pdf>.

so a Portugal, até à prisão no Tarrafal. Mas Alberto Reig Tapia (1999) acentuava a existência de uma bibliografia portuguesa centrada no apoio das autoridades portuguesas ao movimento militar franquista, e a escassez de estudos sobre a intervenção portuguesa no apoio à República (1999: 111-112). A reflexão de Manuel Loff (2006) sobre a guerra civil na historiografia portuguesa parece dar resposta à problemática apontada por Reig Tapia, ao concluir que o tema “preservou ao longo do tempo um carácter instrumental nos debates políticos portugueses, mantendo o seu estudo livre de qualquer neutralidade” (Loff, 2006: 126).

No entanto, as memórias das gentes raianas revelam uma perspectiva de interpretação da História que a Antropologia viria a problematizar, como edificadora de uma memória contra-hegemónica. Os estudos são escassos, apesar dos antropólogos que estudaram a fronteira luso-espanhola se confrontarem com múltiplas memórias dos *fugidos* da guerra (*cf.* Valcuende del Río, 1998; Moncusí Ferré, 1999; Medina, 2000; Godinho, 1993, 1996, 2004, 2005, no prelo; Cunha, 2006; Simões, 2007, 2009, 2009b; Freire *et al.*, 2009; Rovisco, 2010). A antropóloga Paula Godinho, devido ao trabalho de campo intensivo e extensivo realizado na fronteira galaico-portuguesa, desde finais da década de 1980, foi a primeira investigadora a resgatar as memórias silenciadas dos *maquis* em Cambedo da Raia, “subsumidas na forma hegemónica, ganhadora, que reescreveu a História” (Godinho, 2004: 158). Num trabalho posterior questiona o processo de confiscação das memórias, resultante do poder da história oficial na construção do passado e da importância do pensamento hegemónico dos grupos dominantes a nível central e regional. E como “o silêncio, o segredo e o medo conduziram à persistência de ambiguidades na memória” (Godinho, 2011: 452). Para Paula Godinho, as etnografias do conflito atribuem novos sentidos aos fenómenos locais, quando inseridos num nível macro de mudanças políticas. Metodologicamente, a atenção analítica às redes de poder e dominação fazem pouco sentido sem uma concomitante concepção da luta e da resistência, com a cultura no centro dos estudos do poder (2011: 454).

Luís Cunha (2006), em *Memória Social em Campo Maior*, na fronteira Alentejo/Extremadura, reconhece que “a guerra civil de Espanha transformou a fronteira e a vida dos portugueses que aí viviam” (Cunha, 2006: 252), destacando o efeito traumático que o acontecimento provocou na memória social. A dimensão traumática do passado manifestava-se pelo silêncio, acentuando o esquecimento, “criando espaços vazios, apagamentos e armadilhas que exigem confronto e leituras cruzadas de testemunhos (2006: 253). Os obstáculos epistemológicos levaram o autor a assumir o carácter fragmentário deste capítulo da sua obra, ordenando-o em temas que ilustrassem o “modo como a guerra é narrada na raia portuguesa” (2006: 254). A memória social centrava-se na dimensão humana da tragédia dos refugiados,

que metaforicamente representavam “a própria guerra entrando no quotidiano da vila” (2006: 259). A ruptura no quotidiano, provocada pelo fluxo de pessoas fugidas aos bombardeamentos e à ocupação da cidade de Badajoz, a sua concentração nos celeiros da vila, e a posterior entrega aos falangistas, fixou uma memória mítica alicerçada na dicotomia: ricos/pobres. A sua importância como património, “apesar de circunscrito à vida de quem atravessou aqueles anos, e neles aprendeu a ver o mundo e a explicá-lo” (2006: 312), remete para a construção de identidades, vinculadas a uma memória contra-hegemónica.

A patrimonialização de memórias silenciadas, confinadas a grupos subalternizados, constrói identidades integrando-as num contexto global. Na década de 1990 a Câmara Municipal de Barrancos iniciou o processo de construção de um “passado significativo” (Raymond Williams, cit. em Narotzky & Smith, 2002: 221), recuperando uma “fronteira da cultura” que subverte a “fronteira da política”, legitimada nos laços culturais que unem as populações fronteiriças (Wilson & Donnan, 1998: 11). Com este propósito realizou-se em 1994 um curso de património cultural, coordenado por Fernando Rodrigues Ferreira, que procedeu à recolha de testemunhos sobre a guerra civil de Espanha junto dos mais idosos, maioritariamente trabalhadores rurais, entretecendo solidariedades e conflitos no apoio aos vizinhos espanhóis. Este trabalho, editado com coordenação de João Mário Mascarenhas (2002), assinalou a primeira publicação da coleção História Oral do Museu República e Resistência. Em 1999, o jornalista Paulo Barriga realizou o estudo: *Campos de Concentração; o envolvimento português na guerra civil de Espanha* resgatando memórias, enfatizando a repressão do regime salazarista e o extermínio dos refugiados republicanos (Barriga, 1999). No mesmo ano, Miguel Rego organizou um encontro entre investigadores portugueses e espanhóis, reunindo publicamente algumas testemunhas locais do conflito como Ángelez López Pérez, filha do Alcalde republicano de Encinasola, acolhida em Barrancos durante a guerra. Na introdução das actas do encontro: *A Guerra Civil de Espanha na Raia Portuguesa* (Rego, 1999), o Presidente da Câmara António Pica Tereno salientou a importância de “recuperar a memória para dar sentido ao futuro”, por nunca terem existido rivalidades ibéricas entre barranquenhos e espanhóis, mas ações de solidariedade entre os dois povos. Em 2007, um novo estudo divulgou a história vivida de Gentil de Valadares em 1936, entre Barrancos e Safara, onde seu pai fora comandante da Secção da Guarda Fiscal e responsável pelo controle e vigilância da fronteira (Simões, 2007). Estas memórias, contextualizadas pelo historiador Francisco Espinosa, tiveram o enfoque analítico nos processos de rememoração e nas relações de poder. Ao termos cruzado a interpretação histórica com memórias de protagonistas e testemunhas do acontecimento, pretendemos compreender as narrativas do conflito no

quadro das relações sociais entre as gentes raianas, realizando uma primeira abordagem ao percurso de vida de alguns refugiados espanhóis.

Narotzky & Smith (2002) dizem-nos que as memórias silenciadas têm de ser transformadas em pontos de ligação, numa versão que possa ser coerentemente utilizada como um guia para o futuro (2002: 221). O caso de Barrancos, silenciado e omitido da História de ambos os países durante as ditaduras ibéricas, representando uma memória colectiva circunscrita à vida dos seus protagonistas e testemunhas gerou conexões entre indivíduos e grupos, emergindo como “objecto histórico” pela sua mediatização. Em 2008 a publicação da versão castelhana do livro com as memórias de Gentil de Valadares e o documentário “Los Refugiados de Barrancos” de Ángel Hernández, produzido pelas Producciones Morrimer de Lerena contribuíram para mediatizar o caso de Barrancos⁸. As apresentações públicas em várias localidades estremenas, organizadas por elementos da Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura (ARMHEX), foram amplamente divulgadas pela imprensa regional em ambos os lados da fronteira, animando cidadãos espanhóis comprometidos com o movimento social pela recuperação da memória a criar uma página no Facebook a favor da “Medalla de Extremadura para o Povo de Barrancos”. Em 2009 o governo regional da Extremadura reconheceu esta luta pela memória, integrando-a politicamente no estreitar das relações Portugal/Extremadura, atribuindo o galardão ao povo de Barrancos como símbolo de reconhecimento e gratidão pela solidariedade e acolhimento a todos os estremenos forçados a fugir do seu País por conflitos sociais e políticos, inscrevendo a memória na História estremena, numa versão legitimadora do presente. Como investigadores questionamo-nos sobre o nosso papel de agentes sociais, fazendo parte da realidade que pretendemos compreender e transformar, num permanente compromisso com as pessoas e com a sociedade do nosso tempo. Parafraseando Jacques Le Goff (1989), devemos trabalhar de forma que a memória sirva para a libertação e não para a servidão, aceitando a proposta como sentido orientador deste trabalho.

⁸ Documentário “Los Refugiado de Barrancos”, consultável em: <https://www.youtube.com/watch?v=wqgp4NkO8U0>.

CAPÍTULO 1. A GUERRA CIVIL DE ESPANHA E O ESTUDO DO ACONTECIMENTO

“Historiador y antropólogo someten a examen microscópico el detalle, la circunstancia, la presencia de la contingencia, lo particular en su complejidad, lo que activa su sensibilidad no sólo para captar la polisemia imperante, sino también para insuflar vida, dar sentido, penetrar en comportamientos, ideas y documentos, alcanzar la intencionalidad y evaluar lo humano: hay que ir más allá una vez que dominamos la minuciosidad etnográfica o documental porque *individuum, ineffabile est*. Pasado y presente se convierten en presentables cuando los trajeamos” (Lisón-Tolosana, 1996: 174).

A guerra civil de Espanha foi um dos acontecimentos mais marcantes do século XX, que confrontou ideologias inconciliáveis e diferentes visões do mundo. Ao mobilizar a solidariedade internacional na luta contra o fascismo, reuniu simbolicamente em Espanha os povos de todo o mundo. Os “voluntários da liberdade” tornaram-se figuras lendárias, modernos cavaleiros de ideal, símbolos inultrapassáveis de valor moral, honra e glória da nossa fraca condição humana (Gomes, 2006: 89). A mulher republicana transformou-se num símbolo de emancipação social da década de 1930, fixando no imaginário colectivo uma figura revolucionária rompendo com a ordem estabelecida, com os tabus, empunhando um fuzil, derramando o seu sangue na luta pela liberdade (*cf.* Nash, 1999; Nash & Tavera, 2003, Mir, 2004; Sánchez, 2009). Escritores como George Orwell, Ernest Hemingway, Pablo Neruda, Gerald Brenan e André Malraux, entre outros, perpetuaram nas suas obras uma visão romântica da guerra, entretecendo a luta contra o fascismo com a coragem, a dignidade humana e a esperança num mundo mais justo e igualitário. Como salientou Jorge Crespo (2007), a literatura não foi insensível às vicissitudes de homens e mulheres nos caminhos da sobrevivência, entre atrocidades e crueldades, fomes e deploráveis condições de vida, umas vezes exploradas como um inferno e, noutros casos, glorificadas, verdades e mentiras justificadas por fragilidades humanas que a realidade penosa ampliou e a civilização ajudou a exacerbar até limites de incoerência sem fim (Crespo, 2007: 16). A dimensão política, social e humana do conflito originou uma quase inesgotável bibliografia historiográfica e literária publicada por europeus e norte americanos, mas a partir dos anos oitenta

uma nova geração de historiadores espanhóis investiga pela primeira vez o capítulo mais negro da sua História recente, a repressão. Ao analisar as últimas três décadas de investigação Francisco Espinosa (2010) concluiu que a produção historiográfica entre 2000 e 2009 em Espanha (após o eclodir do movimento pela recuperação da memória histórica) atingiu cerca de duzentas publicações registadas na ISNB, para além de actas de jornadas e inúmeros trabalhos de investigação publicados a nível local e regional dos quais destacamos (*cf.* Romero, 2001; Bedmar, 2004; Acosta Bono *et al.*, 2004 e 2007; Lama, 2005; Ibarra Barroso, 2005; López Rodríguez, 2006; Chaves Palacios, 2009; Orihuela, 2010; Olmero Alonso, 2010 e 2011; Espinosa, 2011).

A guerra de Espanha, enquanto fenómeno de violência potencialmente transformador da realidade social trespassou o terreno de investigação dos historiadores, merecendo a atenção de linguistas como Margaret Van Epp (1998) e Richard Baker (2007), e de antropólogos como Serrán Pagán (1980), David Gilmore (1980), Jerome Mintz (1983), George Collier (1987), John Corbin (1995), Paula Godinho (1993, 1996, 2004, 2011), Luís Cunha (2006), Francisco Ferrándiz (2005, 2007 e 2008), Valcuende del Río (2005 e 2007), Susana Narotzky & Gavin Smith (2002 e 2006), Susana Narotzky (2007), Ángel del Río (2007), Dulce Simões (2007). Como assinalou Francisco Ferrándiz (2008), a antropologia da violência e do sofrimento social pela sua especificidade, natureza e variedade de desafios teóricos e metodológicos que suscita, tem gerado um maior interesse dos antropólogos nos últimos anos, mas configura disciplinidades complexas, representando um território de fronteira da antropologia contemporânea (2008: 90). Num terreno partilhado por jornalistas, politólogos, historiadores e psicólogos sociais a actividade do antropólogo suscita sempre interrogações, apesar de ter acesso à experiência de vida das vítimas e testemunhas, a ligações com associações cívicas e a contactos com diferentes públicos, como observador de tensões e de contradições. Exemplo desta realidade foi o primeiro contacto com o movimento de recuperação da memória histórica em Espanha, ao participar em Novembro de 2004 nas Jornadas “Guerra Civil: Documentos y Memoria” organizadas pelo Departamento de Historia Medieval, Moderna e Contemporânea da Universidade de Salamanca e pela Associação de História Contemporânea. Na simbólica sala Miguel de Unamuno, investigadores de diversas universidades espanholas, historiadores locais (na maioria professores do ensino secundário) e estudantes universitários divulgavam os avanços metodológicos e interpretativos da sua História recente, debatendo a abertura de novas linhas de investigação ao diálogo entre arquivistas e historiadores e defendendo uma política para os arquivos da guerra civil. Para uma nova geração de historiadores o acesso aos arquivos da repressão representava uma luta pelo direito ao conhecimento, num

tempo em que as jornadas, colóquios, conferências e congressos eclodiam por toda a Espanha, legitimando o movimento social de recuperação da memória histórica. Como antropóloga despertou-me particular interesse o discurso político da “reconciliação”, atendendo às permanentes intervenções de um cura de Salamanca, contestando os factos apresentados pelos vários oradores sobre as vítimas da repressão. Segundo as suas próprias palavras: “soy un cura, un hombre de perdón” e estava ali para repor a verdade, defendendo que em Salamanca não existiram vítimas da repressão, convicto que Franco era um homem bom. Não muito distante sentava-se uma mulher, filha de uma republicana prisioneira de um campo de concentração de mulheres em Salamanca, cujas intervenções contrariavam a versão do cura. Esta mulher pretendia recuperar a memória de sua mãe e de todas as mulheres vítimas do processo repressivo, divulgando um livro de memórias (escrito pela mãe e publicado com as suas economias) sobre as condições desumanas da prisão e o posterior exílio forçado. Esta mulher negava o esquecimento dos “vencidos da guerra”, assim como o cura negava o questionamento da “história dos vencedores”, pondo em cena uma multiplicidade de discursos e de memórias colectivas irreconciliáveis¹. Na sequência desta experiência de terreno, onde parecia não haver lugar para antropólogos, iniciei um primeiro diálogo interdisciplinar com a nova historiografia espanhola.

1.1. História e Antropologia: um diálogo interdisciplinar

As relações entre a História e a Antropologia foram sempre contraditórias e complexas, mas também repensadas como ciências que têm beneficiado de influências mútuas (Dube, 2007: 1). A delimitação de fronteiras foi uma preocupação central das escolas estrutural-funcionalistas, procurando construir barreiras teórico-metodológicas quando a questão central era epistemológica, pela antropologia “cristalizar” as sociedades no presente etnográfico. Na década de 1960 Fernand Braudel e Lévi-Strauss defendiam o primado das suas disciplinas no âmbito das ciências sociais. Braudel reconhecia a “contaminação” existente nas ciências do homem “por falarem, ou poderem falar, a mesma linguagem”, afirmando que a Antropologia se desinteressara pela História, “movida pelo seu espírito de aventura”. Claude Lévi-Strauss respondia ao repto afirmando estar convicto de que as ambas as ciências partilhavam os mesmos objectivos, qualificando o grande livro da História como um ensaio etnográfico sobre as sociedades do passado (Lévi-Strauss, cit. em Minard, 2002: 81). Lévi-Strauss nunca pretendeu

¹ Ver artigo: “Guerra Civil de Espanha: Jornadas da Memória”, *História*, n.º 74: 42-47.

desautorizar a produção historiográfica, mas legitimar uma antropologia estrutural (cujo objectivo eram as estruturas inconscientes), na qual as culturas seriam classificadas pela forma como o pensamento colectivo se abre à História, apreendendo-a como instrumento transformador do presente. Em *Race et Histoire* (1952) o autor assinalou que todas as sociedades humanas têm um passado da mesma ordem de grandeza, reconhecendo a existência de variações nas formas como as sociedades se representam historicamente. Em 1983, por ocasião do V Ciclo de Conferências de homenagem a Marc Bloch, Lévi-Strauss reexaminou as estreitas relações entre História e Antropologia, afirmando que “graças à Antropologia (...) os historiadores teriam percebido a importância das manifestações obscuras”, introduzindo um novo campo de estudo: a “antropologia histórica” (Schwarcz, 2005: 125). Esta designação actualmente perde aplicabilidade, se considerarmos que a antropologia social se historicizou (Hastrup, 1992). Efectivamente as práticas têm atenuado cada vez mais as diferenças teóricas que separavam as duas ciências, quando os antropólogos abandonam a estrutura abstracta para explicar um acontecimento concreto, ou quando os historiadores desvalorizam o acontecimento único a favor das estruturas subjacentes, tornando os antropólogos tão diacrónicos nas suas análises, como sincrónicos os historiadores (Sahlins, 1997: 79).

Em “La Fábula de Alcalá y la Realidad Histórica en Grazalema. Replanteamiento del primer estudio de Antropología Social en España”, o antropólogo Serrán Pagán (1980) questionou a corrente anti-histórica da Antropologia, como obstáculo epistemológico ao estudo das transformações e dos processos sociais das sociedades. Para fundamentar a sua tese elegeu um clássico da antropologia anglo-saxónica: *The People of the Sierra* (1954), *Los Hombres de la Sierra* (1971), do antropólogo Julian Pitt-Rivers, o primeiro trabalho realizado em Espanha pela geração de “antropólogos mediterrânicos”². Para Serrán Pagán (1980), *The People of the Sierra* apresenta uma imagem deturpada da Andaluzia, que influenciou negativamente estudos históricos e antropológicos posteriores (1980: 82). A formação estrutural-funcionalista de Pitt-Rivers, herdada da escola social britânica, fundamentou a utilização do

² O processo de descolonização integrou, supostamente, as sociedades ditas “primitivas” na “aldeia global”, contribuindo para os antropólogos direccionarem os seus objectos de estudo para o terreno das “sociedades camponesas”. O próprio Evans-Pritchard defendia que a Antropologia, como “a ciência da sociedade humana”, devia estar apta para o estudo de qualquer grupo humano, incluindo os da “sociedade civilizada”. As “sociedades camponesas” do Mediterrâneo e as latino-americanas, por condições históricas de subdesenvolvimento, pareciam corresponder ao modelo mais “primitivo”, como um todo homogéneo, culturalmente uniforme, com fortes vínculos de vizinhança. O trabalho de Julian Pitt-Rivers inscreve-se neste modelo, e no romantismo de estudar uma sociedade evidenciando as suas características culturais mais exóticas.

modelo de análise aplicado às “sociedades sem história”, terreno privilegiado da Antropologia. Na sua obra, afirmou ter resistido à tentação de interpretar o presente a partir de acontecimentos passados, assim como de explicar acontecimentos passados através de uma analogia com o presente (Pitt-Rivers, 1971: 247). Ao estudar o tempo longo de “Alcalá de la Sierra” (Grazalema), Serrán Pagán (1980) desconstrói a “comunidade rural” de Pitt-Rivers, caracterizada pela homogeneidade e igualdade social dos seus membros. A etnografia histórica permitiu-lhe compreender as diferenças sociais e a heterogeneidade, representativas da organização social de Grazalema, como consequência da decadência económica dos finais do século XIX. Ao centrar-se na interconexão existente entre os acontecimentos históricos, económicos e políticos da longa duração, refutou a tese defendida por Pitt-Rivers sobre a influência do anarquismo como principal causa do conflito comunidade/nação, mostrando como as condições socioeconómicas condicionaram o desenvolvimento do movimento anarquista em Grazalema. Este movimento, que atingiu o seu auge na região da Andaluzia durante a II.^a República espanhola, foi completamente aniquilado durante a guerra civil, com as respectivas repercussões locais ao nível da repressão. Quando os sublevados entraram na povoação, a 16 de Setembro de 1936, não distinguiram republicanos, socialistas ou anarquistas, e cometeram todo o tipo de retaliações por ódios e vinganças, fuzilando mulheres e crianças³. A repressão prolongou-se durante a década de 1940, e os dados em relação ao número de vítimas são imprecisos, mas foram poucos os que conseguiram sobreviver fora de Grazalema (Serrán Pagán, 1980: 106). Quando Pitt-Rivers desenvolveu o trabalho de campo, não restava nenhuma actividade anarquista, apesar de defender que o movimento anarquista constituía um movimento de oposição, contra a imposição de novas influências sobre a estrutura tradicional da localidade (Pitt-Rivers, 1971: 221).

³ A 17 de Maio de 2009, quinze mulheres e uma criança do sexo masculino, receberam sepultura no cemitério de Grazalema. As mulheres detidas pela Falange em 1936 para que revelassem o paradeiro dos seus maridos foram violadas, assassinadas e enterradas numa fossa comum, que os falangistas obrigaram uma criança a escavar, ao quilómetro 57 da estrada de Ronda (Málaga). A violência sobre estas mulheres e criança permaneceu silenciada na memória das testemunhas, preservando “la fosa de las mujeres”, de onde uma equipa de arqueólogos, criminólogos e antropólogos exumaram os corpos. Grazalema tentou sarar as feridas da guerra. As mulheres eram: Cristina Franco, María Josefa Barea, María Josefa Nogales, Isabel Atienza, Josefa de Jesús Gómez, Teresa Castro, Salud Alberto, Lolita Gómez, Jerónima Barea, Antonia Pérez, Natividad Vélchez, Ana Fernández, Teresa Menacho, Catalina Álvarez, María Luisa Román e a criança El Bizarrito. Ao lado das sepulturas foi colocada uma placa com uma frase de Dulce Chacón: “Que mi nombre no se borre de la Historia!”. “Silencios de Grazalema”, artigo do jornal *Público* (espanhol) de 17/5/2009. Consultável em: <http://www.todoslosnombres.org/> (18/05/2009).

Em 1963 George Collier e Jane Collier iniciaram trabalho de campo em Los Olivos (Linares de la Sierra), na Andaluzia, segundo o modelo estrutural-funcionalista. Nos estudos realizados caracterizaram Los Olivos como uma “comunidade rural” com uma estratificação social pouco acentuada e sem marcas de conflito. Durante o trabalho de campo George Collier foi confrontado com respostas evasivas, quando inquiria os seus informantes sobre os acontecimentos da guerra civil, como “não falamos de política porque essa é a causa pela qual as pessoas se matam umas às outras”, interpretando-as como “discursos apolíticos” (1997: 19). Em 1980 regressou a Linares de la Sierra para realizar um trabalho de etnografia histórica sobre um subgrupo político, os socialistas, centrando a sua análise num tempo passado, num antes e num depois da guerra civil espanhola, analisando os acontecimentos que determinaram de forma decisiva o presente etnográfico da sua anterior investigação (Collier, 1997: 13). Em *Socialistas de la Andalucía rural* Collier integra os acontecimentos locais num contexto político e económico à escala regional e nacional, relacionando a política local com o contexto das histórias familiares e a estratificação social, concluindo que a repressão do pós-guerra aniquilou os que *tenian ideas*, reduzindo ao silêncio todos os sobreviventes e descendentes (1997: 256).

A História e a Antropologia são entendidas como configurações e modalidades de conhecimento inter-relacionadas, todavia têm pressuposições mútuas sobre as realidades sociais que estudam, existindo disposições convergentes, mas também articulações divergentes no diálogo das duas ciências como a temporalidade. Marc Augé (2007) diz-nos que o ofício de antropólogo é um ofício do “frente a frente” e do “presente”, e a questão do tempo deve preceder qualquer reflexão acerca do ofício do antropólogo. A questão do tempo e da História apresenta-se de maneira muito específica, ainda que amplamente relacionada com todas as disciplinas das ciências sociais. Sartre definia a História pela recuperação intencionada do passado no presente, vinculada ao “estado da questão” e ao “estado da situação”, dependendo em larga medida das transformações dos paradigmas epistemológicos e com a esfera político-económica das sociedades (Sartre, cit. em Augé, 2007: 14). Todavia, nem o tempo nem a temporalidade são prerrogativas exclusivas do historiador, pois encontramos diversas configurações na prática antropológica, como por exemplo na etnografia, ao estudarmos a natureza do tempo e da temporalidade quando confrontamos o tempo histórico do observador com o tempo mítico do sujeito observado. A “concepção do tempo” corresponde efectivamente ao estado do acontecimento, e aquilo que questionamos por detrás do “estado do acontecimento” é a estrutura social, a ordem simbólica do grupo (Augé, 2007: 21). Mais, as relações quotidianas e aleatórias que as pessoas mantêm com o fluxo temporal da sua própria existência permitem abordar a historicidade das situa-

ções, assim como o trabalho de campo possibilita a compreensão das inter-relações históricas entre significado e prática.

Neste estudo aceitei a proposta de Alban Bensa (2006), quando nos diz que a antropologia não pode prolongar a diferenciação entre o presente e o passado, o singular e o geral, o conjuntural e o estrutural, porque as sociedades não preservam a aparente estabilidade das pedras, das plantas ou dos animais. As sociedades devem ser entendidas como processos que se inscrevem num tempo próprio, e a etnografia, sob pena de naturalizar as estruturas, deve integrar a sua experiência nas condições históricas em que emergiu, como propôs Pierre Bourdieu. Para Paula Godinho (2011) “não se trata de colocar as práticas sociais no fio da cronologia, nem de a encher de lugares de memória, como formas de recuperar a história, mas de compreender as atitudes presentes pela sua capacidade de mobilizarem o passado” (2011: 104). Nesta perspectiva, a Antropologia está sempre comprometida com a História, se considerarmos a cultura como a organização da situação actual em termos do passado (Sahlins, 1997). Por outro lado, Eric Wolf (1982) apontava para a necessidade da Antropologia redescobrir a História, procurando as causas de acontecimentos presentes no passado histórico, mostrando as “pessoas sem história” como agentes do processo histórico, e não como vítimas ou testemunhas silenciosas.

Quando as pessoas nos falam do passado, referem-se sobretudo a relações sociais no interior de uma determinada configuração cultural. Entende-se aqui a cultura no sentido global e antropológico do termo, como um conjunto de relações socialmente representadas e instituídas, apresentando simultaneamente uma dimensão intelectual e simbólica, e uma dimensão histórica e sociológica, mediante as quais pessoas concretas desenvolvem as suas práticas. O *habitus* (Bourdieu, 2001: 61) como presença do passado no presente, história incorporada, sedimentada no corpo, estrutura social tornada estrutura mental, é mutável através do tempo, do lugar e, sobretudo, através das distribuições de poder, antecipando o devir através do presente. Esta inegável coerência do presente com o passado permite remeter os acontecimentos à estrutura, descrevendo ao mesmo tempo as condições particulares pelas quais este ajustamento se realiza. Neste sentido, o evento é a relação entre um acontecimento e as estruturas sociais, e ao fechamento do fenómeno enquanto valor significativo segue-se a sua eficácia histórica específica. Marshall Sahlins (1997) propôs como síntese situacional entre a estrutura e o evento o conceito de “estrutura da conjuntura”, entendida como a realização prática das categorias culturais num contexto histórico específico, expressa nas acções motivadas dos agentes históricos, considerando a micro sociologia da interacção social (Sahlins, 1997: 14). Desta forma, para acedermos às lógicas da sequência temporal consideramos os detalhes das situações e os múltiplos imponderáveis que definem as condições da acção, da interacção, do exercício da palavra e da intercomunicação.

No presente convivem diversos passados, preservados na memória e incorporados no quotidiano, que Koselleck (1979) designou por “espaço de experiência”. No espaço da experiência, as práticas produzem o tempo, mas também o cristalizam na história colectiva dos grupos, nomeadamente através dessa arte suprema da temporalidade, a sua narrativa. As imagens do tempo elaboram-se a partir da experiência, e a narrativa inscreve-se no tempo presente, objectivada pela visão do passado e do futuro (Halbwachs, 1950). Em “Truth and Myth in History: An example from the Spanish Civil War”, o antropólogo John Corbin (1995) começa por referir que qualquer narrativa de um acontecimento passado é condicionada pelas circunstâncias que assistem à sua produção no presente, ou seja, o narrador selecciona os elementos que considera melhor corresponderem às expectativas da audiência a quem se dirige. Para o autor, qualquer narrativa do passado comporta uma dupla construção e uma dupla verdade – a verdade da história é a verdade histórica, e a verdade da narrativa é a verdade mítica – asserção válida tanto para as narrativas académicas, como para as narrativas daqueles que testemunharam os acontecimentos (Corbin, 1995: 609). Ao analisar comparativamente fontes documentais (historiográficas, arquivísticas e jornalísticas) e fontes orais, sobre os acontecimentos ocorridos em Ronda durante a guerra civil de Espanha, John Corbin concluiu que as narrativas orais produzidas como mitos, sobre as atrocidades praticadas em Ronda, distorcem menos a “verdade histórica” do que as narrativas académicas produzidas como História (Corbin, 1995: 625). Desta forma, reconstrói-se permanentemente a narrativa do acontecimento, que tomará múltiplas inflexões segundo o tempo e a audiência onde é recebido (Farge, 2002).

Ao tratarmos a memória como processo, como projecto de futuro que permite interpretar a acção de indivíduos e grupos excluídos da História, pretendemos impugnar modelos autoritários e unidireccionais de interpretação social (Pujadas, 2000: 129). Nesta perspectiva, *Los Anarquistas de Casas Viejas* representa um estudo etno-histórico paradigmático, centrado no movimento anarquista da Andaluzia, no qual Jerome Mintz (1983) reconstrói o passado e as consequências do massacre de 1933 cruzando a memória e a história. Os acontecimentos de Casas Viejas foram amplamente narrados por historiadores, escritores e jornalistas, grupos detentores da escrita, e remetiam para uma cronologia de eventos. Mas, para Mintz, estava por contar a história do movimento anarquista, legitimadora desses mesmos acontecimentos. Ao recolher as memórias colectivas de um grupo de anarquistas, durante três anos de trabalho de campo descontinuado (durante a ditadura franquista, e sujeito aos constrangimentos inerentes ao tema), o autor interpretou a vida dos trabalhadores rurais e as relações de poder na comunidade, para explicar a edificação de um ideal político que constituiu a base do movimento revolucionário. Comprovando, na sua obra, que para o

estudo de acontecimentos em contextos repressivos, a memória é fundamental para entendermos o que Ángel Del Río (2007) definiu como “culturas políticas”, transmitidas de geração em geração, como capital simbólico fundamental à compreensão da acção sociopolítica, e em última instância à compreensão da própria História (Del Río, cit. em Valcuende Del Río, 2007: 28).

1.2. Memória colectiva e movimentos sociais pela memória

Memória e História evocam o passado, mas não se confundem. Maurice Halbwachs (1950) sublinhava a diferença, afirmando que a História começa quando a memória dos grupos sociais acaba, pois funcionam como suporte da memória, onde circula e é vivida, física ou afectivamente. Pierre Nora (1984), ao distinguir a memória da História conceptualiza a fronteira destas vivências: “os lugares de memória”. E a questão histórica que permeia a sua reflexão assenta no fenómeno da “aceleração histórica” com os seus desdobramentos, as transformações incessantes e as suas decorrências perante a ameaça do esquecimento. Os “lugares de memória” preenchem assim a ausência de memória, fundamentando a criação de arquivos, a organização de celebrações e comemorações. Maurice Halbwachs (1950) sublinhava que quando os grupos desaparecem, a única maneira de preservar as suas lembranças é fixá-las por escrito, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem, e se a duração de uma vida humana for duplicada ou triplicada, o campo da memória colectiva, medido em unidade tempo, será bem mais extenso. Lowenthal (1985) assinalou que a memória, contrariamente à História, não representa um conhecimento intencionalmente produzido. Para este autor, a função da memória não será tanto preservar o passado, mas adaptá-lo, para enriquecer e conduzir o presente, por meio de reconstruções selectivas e ecléticas baseadas em acções subsequentes, percepções e códigos maleáveis pelos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo (Lowenthal, 1985: 194). Para Halbwachs (1950) toda a memória é colectiva, produto da vivência em diferentes grupos sociais, como suporte da memória individual, mas igualmente importantes são as percepções acrescentadas pela memória histórica, porque os quadros colectivos da memória não se resumem a datas, nomes e fórmulas, antes representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos o nosso passado, atravessado por tudo isso (Halbwachs, 2004: 71).

Andreas Huyssen (2000) fala-nos da actual sedução pela memória e pela valorização do passado (quanto a modernidade apontava para o futuro), sobre um excesso de memória, numa tentativa de musealização do mundo como a recordação total, num dilema que não se resolve com a oposição construída pelos historiadores entre uma História verdadeira, séria e científi-

ca, e uma Memória subjectiva. A valorização da memória revela uma necessidade de se construírem identidades, num mundo que perdeu a utopia, ou a capacidade de olhar o futuro com confiança (Cenarro, cit. em Espinosa, 2010: 53). Ao fenómeno de “aceleração da história”, em que o passado cede lugar à ideia do “eterno presente”, conservar vestígios do passado ou recuperar a memória, representam formas de resistência à “hegemonia do efémero” (Nora, 1984), ou ao “presentismo” (Hartog, 2003), em que o passado parece servir para iluminar um futuro incerto. Um dos fenómenos culturais e políticos dos últimos anos consistiu no surgimento de movimentos sociais pela memória como preocupação central das sociedades ocidentais, por oposição a uma cultura modernista, impulsionada pelo que Reinhart Koselleck denominou de “futuro presente” (Koselleck, cit. em Huyssen, 2000: 1). No início dos anos oitenta os discursos da memória intensificaram-se na Europa e nos Estados Unidos impulsionados pelo debate sobre o Holocausto, e um surto de comemorações, de inaugurações de museus, de “lugares de memória” (Nora, 1984), de publicações autobiográficas, de produções cinematográficas e televisivas contribuíram para a “cultura da memória” à escala global. As culturas da memória relacionam-se estreitamente em diversos lugares do mundo, com processos democratizadores e com lutas pelos direitos humanos, que buscam expandir e fortalecer as esferas públicas da sociedade civil (Huyssen, 2000: 19). O movimento social pela recuperação da memória histórica em Espanha insere-se no processo de dignificação, reparação, direito à justiça e reconhecimento social e político dos “vencidos da guerra”, questionando uma historiografia oficial que durante anos os olvidou. Os seus objectivos inserem-se nas políticas de memória, verdade e justiça na transição para a democracia dos movimentos sociais da América Latina, onde os regimes democráticos reduziram ao silêncio e ao esquecimento milhares de cidadãos aniquilados durante as ditaduras militares (Brito *et al*, 2004). Com as leis da amnistia e do perdão os novos regimes democráticos reabilitaram antigos opositores políticos, e evitaram o julgamento dos responsáveis por crimes e torturas. Foi a América Latina que deu origem às denominadas Comissões de Verdade, na Argentina (1984) e no Chile (1990), e elaboraram relatórios sobre a repressão (Brito, 2004: 33). Na Argentina, apesar da acção do movimento das “Mães da Praça de Maio”, somente em 2005 se revogaram as “leis do perdão” que impediam os processos contra os responsáveis por violação dos direitos humanos. Em 2006, a justiça considerou inconstitucional o indulto ao ex-presidente Jorge Rafael Videla, condenando à prisão perpétua Miguel Etchecolatz por crimes cometidos durante a ditadura militar. Em 2006, no Uruguai, vinte e um anos após a instauração da democracia, o Ministério Público pediu a abertura dos processos contra os militares responsáveis por crimes políticos. No Brasil, somente em 2006 algumas vítimas de sequestro

e tortura durante o regime militar questionaram pela primeira vez a lei da Amnistia, decretada em 1979 (Araújo & Santos, 2007: 99-100).

Em Espanha, o contexto político após a vitória do Partido Popular, em 1996, possibilitou a ruptura do “pacto de silêncio” entre os partidos com representação parlamentar durante o período da *Transición*. Esta ruptura provocada pela consolidação da hegemonia dos grupos mais conservadores da sociedade espanhola impulsionou a “geração dos netos”, descomprometida politicamente com a *Transición*, a empenhar-se na recuperação da memória dos represaliados da ditadura franquista como valor social. Assim o testemunham os versos de um tema musical de um grupo punk basco: “Somos los nietos de los que nunca pudisteis matar/Somos los nietos de los que perdieron la Guerra Civil” expressando a identificação de uma geração com as suas origens sociais e políticas (Del Río, 2007: 109). A identificação dos netos com os valores políticos dos avós, aniquilados durante o regime franquista, remete-nos para o conceito de “geração” como grupo social proposto por Lisón-Tolosana (1983), por partilharem uma mesma imagem do mundo, e aspirações políticas e sociais republicanas. Enquanto a “geração controladora” (Lisón-Tolosana, 1983), subjugada por uma ditadura que decretou “la muerte civil” (Casanova, 2004: 23), e pelo compromisso político com a transição democrática, tem embargado a construção de uma memória contra-hegemónica da ditadura. O movimento pela recuperação da memória histórica é constituído por familiares das vítimas do franquismo, organizados em associações locais e regionais, e legitimado por uma geração de historiadores que desde os anos oitenta renovaram o estudo da guerra civil. O Partido Socialista Obrero Español (PSOE), no poder, liderado por José Luis Rodríguez Zapatero (neto de um capitão do exército republicano executado pelos falangistas em Agosto de 1936) ratificou, e controlou, as acções e reivindicações das associações com a Ley de Memoria Histórica de España⁴, enquanto o Partido Popular (PP) a refuta veemente, receando o julgamento do regime franquista. Cecilio Gordillo, coordenador do projecto “Todos los Nombres”⁵, numa reflexão sobre a acção política do movimento, defendeu que este não é passível de ser movido por ânimos revanchistas, opondo uma “memória roja” a uma “memória azul”, “a sua importância

⁴ Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Ley_de_Memoria_Hist%C3%B3rica_de_Espa%C3%B1a. Ver também: http://leymemoria.mjusticia.es/paginas/es/declaracion_reparacion.html. Acesso: 10 de Jan. 2009.

⁵ “Este proyecto se ha elaborado en el marco de las previsiones del Decreto 334/2003, de 2 de diciembre, para la coordinación de actuaciones de tornos a la recuperación de la memoria histórica y el reconocimiento institucional y social de las personas que sufrieron la represión en la guerra civil y la posguerra, así como en el Acuerdo del Consejo de Ministros del pasado día 23 de Julio de 2004”. Disponível em: <http://www.todoslosnombres.org/>. Acesso: 10 Jan. 2009.

social reside na construção de uma sociedade democrática plural” (Gordillo, 2007: 120). Como afirmou Jacques Le Goff, uma das grandes preocupações das classes e dos grupos que dominaram e dominam as sociedades com História é tornarem-se senhores da memória e do esquecimento, e “os esquecimentos e os silêncios da História são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva” (Le Goff, 1989: 13).

A recuperação da memória contra-hegemónica de grupos silenciados durante a guerra civil, a repressão franquista e a “transição democrática” representa uma fonte oral singular e um recurso político para a construção de uma nova historiografia, eliminando o perigo da memória colectiva destes grupos se perder com o seu desaparecimento físico. Mas a memória colectiva não é apenas uma conquista dos grupos sociais, é também “um instrumento e um objectivo de poder” (Le Goff, 1989: 46), gerador de diferentes posicionamentos académicos e políticos, escorados na subjectividade e fragilidade da memória como fonte de conhecimento⁶. Neste sentido, o movimento pela recuperação da memória histórica em Espanha pode ser interpretado como um “campo de poder”, conceito indispensável para a compreensão do universo relacional e espaço de relações de força entre diferentes espécies de “capital” (Bourdieu, 2001.^a: 33). Neste “campo de poder” todos os actores sociais manipulam a sua “taxa de câmbio” em função de interesses de grupo, fazendo valer a sua “verdade”, pois como nos diz Bourdieu “se existe uma verdade, a verdade é um campo de lutas” (2001.^a: 61). No “campo de lutas” alguns académicos enleiam-se no debate científico, reanimando a antinomia positivismo/humanismo, procurando fazer triunfar as suas interpretações em nome da objectividade e da “verdade histórica”. Mas a “verdade histórica” representa apenas um objectivo científico, pois existem muitas “verdades” que nos podem ajudar a criar uma interpretação global sobre um fenómeno histórico (Valcuende del Río, 2007: 28).

Neste processo a antropologia está bem equipada para afrontar as realidades da época contemporânea, desde que os antropólogos tenham uma ideia clara sobre quais são os objectos e os métodos da sua disciplina (Augé, 2007). Em termos de socialização profissional o trabalho de campo etnográfico constitui o centro dos trabalhos antropológicos, que Stocking (1992) apelidou de fundamentos metodológicos da antropologia, razão de ser como ciência e do “ser antropólogo” (Stocking, cit. em Gupta & Ferguson, 1997: 1). Eric Wolf (1982) designava o trabalho de campo como um marco

⁶ Ver o artigo do historiador Francisco Espinosa disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/7/HISPANIANOVA-2007.pdf> e a resposta do historiador Santos Juliá, disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/7/HISPANIANOVA-2007.pdf>. Acesso: 20 Agosto 2007.

dos métodos antropológicos, por possibilitar a legitimação de meras considerações heurísticas, em postulados teóricos sobre a sociedade. O desafio fundamental à nossa disciplina, como defendem Gupta & Ferguson (1997), resulta da adequação reflexiva e crítica dos objectos e métodos de estudo tradicionais da antropologia a uma realidade cada vez mais complexa, inter-relacionada e exigente nas suas análises. A antropologia e o trabalho de campo estão política e epistemologicamente ligadas, sujeitas a desafios, relativamente à adaptação dos métodos etnográficos, à análise do mundo actual e às suas complexidades intelectuais e políticas, conduzindo alguns autores a defender que a mudança social encontra na antropologia a correspondência metodológica necessária ao seu estudo (*cf.* Gupta & Ferguson, 1997; Narotzky & Smith, 2006).

1.3. Trabalho de campo e arquivos: caminhos e encruzilhadas

Durante as permanências no terreno, ao longo de quatro anos, falar e viver com os membros das comunidades foi uma prática a que acrescentei o registo audiovisual⁷ de entrevistas e festividades, a pesquisa de *sites* e *blogs* na Internet e a análise de documentos em arquivos nacionais, regionais, locais e particulares. A investigação histórica aporta o desafio de novas concepções do terreno, e conduz-nos sempre a diversos lugares (Des Chene, 1997). Desta forma, a investigação debruçou-se sobre a inter-relação de múltiplos lugares e espaços sociopolíticos, bem como de regiões, aliando fontes orais

⁷ Os registos audiovisuais e fotográficos apesar de largamente divulgados como métodos de recolha de dados no terreno, são ainda de uso restrito e complementar, sobretudo pelo debate teórico suscitado em torno dos seus diferentes usos. Píault (1991) diferencia esses usos, defendendo que para a Antropologia os métodos audiovisuais são instrumentos de observação, de transcrição e interpretação de diferentes realidades sociais, assim como de difusão das pesquisas. Margaret Mead propunha a substituição do bloco de notas pelo registo audiovisual, esperando que cada antropólogo se apressasse a utilizar novos métodos para simplificar ou melhorar o trabalho de terreno (Mead, s.d.:13). O registo audiovisual, como mais uma técnica de pesquisa no terreno, propicia uma série de possibilidades exploratórias, nomeadamente através da análise das imagens e como suporte ao diálogo com as pessoas filmadas. Neste sentido, realizei registos audiovisuais das entrevistas, de espaços de sociabilidade e de eventos locais, cuja captação não ofereceu constrangimentos, nem obstáculos ao nível do consentimento, permitindo uma recolha “consentida” (Pink, 2000). O registo audiovisual confere protagonismo às pessoas filmadas, sobretudo junto dos familiares, amigos e vizinhos com quem partilham o seu visionamento, por outro lado cada regresso ao terreno implicou oferecer “alguma coisa em troca” (Pink, 2000), traduzido num DVD da entrevista ou de algum evento local, como forma de agradecimento e de comprometimento para com as pessoas que contribuíram para o nosso trabalho.

e documentais, como práticas combinadas e cumulativas. Ao tornar a investigação etnográfica sensível às complexidades da sociedade actual, comprometida com o estudo académico da mudança política, procurei produzir uma etnografia rigorosa e historicamente bem alicerçada. Na linha de Narotzky e Smith (2006), a etnografia como estudo intensivo dos fenómenos sociais dentro da sua especificidade histórica, permite reconstruir um projecto de investigação social efectivo, e consequentemente uma política da *praxis* (2006: 204).

O comprometimento com o local permitiu analisar as representações sociais da guerra de Espanha sob a forma de resistências quotidianas, mas também atender aos fenómenos políticos e epistemológicos globais dos movimentos pela memória no presente. Uma primeira abordagem ao terreno remonta a 2002, tendo por objectivo um trabalho sobre as memórias dos campos de refugiados da herdade da Coitadinha, no âmbito da cadeira de História Oral (optativa da licenciatura em Antropologia no ISCTE/IUL). O contacto com Carlos Durão (primeiro presidente da Câmara após o 25 de Abril), resgatado da visita técnica a Barrancos com César Oliveira em 1986, contribuiu para a integração no terreno e aceder aos primeiros informantes, como a família de Manuel Agudo dos Santos. No início do projecto de investigação, em Outubro de 2006, aceitei o convite da senhora Francisca Agudo para ficar alojada na sua casa no Cerro (zona habitacional dos trabalhadores rurais). Aí permaneci, partilhando o quotidiano com a família e as vizinhas, que ao fim da tarde se reuniam no pátio térreo da casa tecendo rendas e conversas, entrelaçando os pequenos dramas domésticos com as memórias colectivas de uma classe subalternizada. A minha estadia foi motivo de curiosidade para familiares e vizinhas, mas após a apresentação pública do livro *Barrancos na encruzilhada da guerra Civil de Espanha*, em Outubro de 2007, já todos sabiam quem era e ao que vinha, e se dúvidas houvesse a senhora Francisca esclarecia, integrando-me afectuosamente na comunidade e salientando o objectivo do meu trabalho em Barrancos: “as memórias da guerra espanhola”.

A partir de 2008 as memórias da guerra foram activadas na comunidade pela candidatura de Barrancos à “Medalla de Extremadura”, e as solicitações da comunicação social portuguesa e espanhola junto daqueles que tinham testemunhado os acontecimentos, atribuiu protagonismo a um colectivo votado ao esquecimento. A Câmara Municipal contribuiu para a legitimação, convidando Manuel Agudo dos Santos, sua esposa Maria dos Remédios Guerreiro e a irmã Francisca Agudo para participarem em programas televisivos, reportagens e documentários em ambos os lados da fronteira, apresentando-os como os rostos da solidariedade da comunidade barranquenha. Subitamente, as suas vidas transformaram-se, e adquiriram novos significados e protagonismo nos ecrãs televisivos e nas páginas de livros, jornais e

revistas, comentadas e partilhadas pelos vizinhos. Barrancos rompia o esquecimento através das palavras e da vida destes idosos e o país relembra a diversidade da cultura barranquenha, alicerçada agora na solidariedade para com os vizinhos espanhóis. O fenómeno mediático esteve presente ao longo do trabalho de campo, problematizando os usos políticos da memória e alterando as formas rotineiras de vida de alguns dos informantes.

Ao longo de quatro anos construi uma rede de relações em ambos os lados da fronteira, fundamental à selecção dos entrevistados e à interpretação do espaço social das diferentes comunidades fronteiriças. A selecção dos informantes de Barrancos sustentou-se em laços de parentesco, de amizade e de vizinhança, que os unem numa rede de relações de dependência e de solidariedade vinculadas ao passado. Os informantes das povoações espanholas foram seleccionados em função de relações de amizade com os vizinhos de Barrancos, e com a colaboração de membros dos municípios de Oliva de la Frontera e de Encinasola⁸. O grupo de entrevistados (constituído por cinquenta pessoas de ambos os sexos) representa diferentes classes sociais, residentes em Barrancos, Encinasola, Oliva de la Frontera e noutros lugares, testemunhas e protagonistas do conflito espanhol. Na sua maioria pertencem a uma geração que Lisón-Tolosana (1983) caracterizou de “geração em declínio”, representativa do grupo de idosos, a geração guardiã da memória da vida local. Os estudos na área da psicologia social demonstram que os acontecimentos que produzem grandes transformações nas vidas das pessoas, devido à carga emocional, afectam sobretudo aqueles que os viveram nas idades compreendidas entre os 12 e 25 anos, por representar um período de formação da identidade e das primeiras relações afectivas, e um tempo de grande instabilidade emocional e fisiológica, e cada uma destas dimensões estar directamente relacionada com a formação da memória e do esquecimento (Pennebaker, 1993: 47).

As entrevistas foram motivadas por tópicos temáticos impulsionadores da narrativa, que influenciaram a sequência mnemónica dos informantes e a abordagem a aspectos específicos das suas experiências de vida. O principal objectivo foi tentar recolher a maior quantidade de informações voluntariamente, por transmitirem os valores e a maneira de cada pessoa pensar sobre

⁸ Nas povoações espanholas existem poucos sobreviventes da repressão franquista, e os seus descendentes migraram para as grandes cidades. Aqueles que permanecem foram testemunhas e vítimas de um processo de segregação social, mas poucos estão dispostos a dar o seu testemunho. Em Oliva e Encinasola o poder local procurou recuperar as memórias do passado, mas é mais fácil encontrar quem nos fale do contrabando do que da guerra, apesar de se entrelaçarem temporalmente. Para aceder às memórias da guerra começámos algumas entrevistas pelas memórias do contrabando, estabelecendo relações de vizinhança com Barrancos, para posteriormente falarmos sobre fugas e acontecimentos locais ocorridos durante a guerra.

os acontecimentos e sobre a sua vida (Watson & Watson-Franke, 1985: 16). Como assinalou Portelli (1989), o essencial é resgatar a interpretação e a leitura que cada sujeito faz dos acontecimentos históricos a partir das suas próprias vivências. Embora as experiências dos indivíduos não sejam apenas resultado da sua individualidade, mas da sua integração num dado meio social (Halbwachs, 1950). Ao longo do trabalho as narrativas surgem intercaladas no texto, em *italico*, como testemunho único, para colocar em evidência o valor intrínseco do documento pessoal (Poirier *et al.*, 1983). A partir das narrativas construí algumas histórias de vida parciais, cujo cruzamento contribuiu não apenas para o conhecimento generalizado dos acontecimentos, mas também para destacar as vivências comuns de alguns dos entrevistados (Davies, 1999).

Na primeira fase da investigação privilegiei a pesquisa bibliográfica sobre estudos locais e regionais, e teorias sobre temáticas de fronteira, identificações locais, culturas de orla e arquitectura das nações, para questionar a fronteira como categoria polissémica, susceptível de usos e lógicas diferenciadas e contraditórias. Ao analisar a fronteira de Barrancos no tempo longo, e em diferentes escalas, conjuguei o processo histórico da sua delimitação com o processo social de negociações e conflitos entre a acção estatal e as populações locais, para compreender de que forma o lugar da fronteira contribuiu para a construção de resistências e redes de solidariedade. A etnografia histórica permitiu ver o poder na relação entre produção e regulação ao longo de gerações, atribuindo uma configuração social a certos padrões de resistência quotidiana. Desta forma, o enfoque nas relações de produção remete para o passado da sociedade rural, desenhando classes e processos de reprodução cultural numa perspectiva gramsciana, ou seja, na forma como cada classe viveu e construiu a sua visão do mundo.

A noção de hegemonia proposta por Gramsci, aliada às estratégias de resistência de James C. Scott (1985 e 1990), incitou-me à reconstrução do projecto etnográfico de forma mais histórica e realista, para entender as relações de poder nas especificidades da produção social e da reprodução, por meio da inter-relação de práticas instituídas e sensibilidades interpretativas. A noção de hegemonia de Gramsci foi fundamental à conceptualização das relações de poder, assinalando a sua versatilidade e mutação em função de diferentes contextos históricos (Crehan, 2004: 124). Ao tentar definir hegemonia como um tipo de dominação ideológica e cultural disseminada pelos segmentos da vida social por meios dissuasivos (podendo ser entendida como cultura dominante), Gramsci articulou-a com a partilha do poder, a hierarquia, a dominação de uma classe sobre outra e a cultura subordinada. Desta forma, a hegemonia pressupõe o uso da violência simbólica e a coerção, assim como processos de luta e de confrontação das quais a classe dominante reitera as reivindicações dos opositores, quando desprovidas de

ameaças ao sistema. A diferença relativamente a um processo de dominação pela força reside no cariz consensual atribuído por Gramsci, ao defender que a classe dominante impõe um conjunto de ideias por meios essencialmente pacíficos. O “consentimento das classes subordinadas” resulta assim do prestígio social do grupo dominante, devido à posição e função no mundo da produção (Crehan, 2004: 125), do uso da “violência legítima” (Weber, 1921) do Estado, e de aparatos ideológicos como a educação e a religião.

A hegemonia em Gramsci permite-nos compreender como o poder trabalha para formar a “pessoa social”, moldando o modo como as pessoas experienciam o mundo em que vivem. Mas analisando “a economia moral da multidão” (Thompson, 1971), ou as formas “arcaicas” de agitação social (Hobsbawm, 1958), reclamando todo um passado histórico de acções de protesto contra a dominação, também podemos concluir que os sujeitos fazem a sua história, embora não a façam segundo a sua livre vontade nem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas com que se defrontam (Karl Marx, 1852). Neste sentido, foi particularmente importante o contributo de James C. Scott (1985) sobre o contínuo da resistência, quando a investigação sobre os movimentos camponeses estava focada nos momentos de crises e de convulsões sociais, temporalmente curtos, e geralmente marcados por formas de repressão violenta. Scott comprova que a resistência se cria em processos de longa duração, incluindo nos momentos de calma social aparente e nos de conflitos armados. Ao analisar a resistência como um processo contínuo nas sociedades rurais foi possível encontrar explicações mais profundas sobre as solidariedades fronteiriças durante a guerra de Espanha, considerando que a resistência estava imersa no quotidiano das relações sociais, movendo-se em redes de cumplicidade e de solidariedade sob formas ocultas, as “armas dos fracos” (Scott, 1985). Num trabalho posterior, recorrendo a fontes históricas e a fontes literárias, James C. Scott (1990) analisa distintas dimensões e inter-relações entre dominadores e dominados em diferentes contextos históricos. Ao construir um estudo comparativo dos sistemas de dominação elabora uma análise estrutural, mostrando que as estruturas de dominação operam de maneira similar quando estão submetidas à influência dos mesmos factores. Ao direccionar a investigação para a construção dos discursos dentro das relações sociais de classe, evidenciam-se as contradições entre o discurso dos dominados e dos dominantes, e entre eles. Com este método de triangulação iniciam-se as reflexões em torno do “discurso público” e do “discurso oculto” das classes sociais nas relações de poder, demonstrando como as diferentes dimensões discursivas resultam da institucionalização de um sistema de dominação. O discurso pode ser simultaneamente instrumento e efeito de poder, mas também ponto de resistência e de partida para uma estratégia oposta, assim, podemos considerar que o discurso transmite e produz poder, reforçando-o, mas também o pode des-

gastar e fragilizar (Foucault, 1976). No mesmo sentido em que o silêncio e o segredo acolhem o poder, fixando as suas interdições, também debilita a sua influência, proporcionando tolerâncias que podem ser mais ou menos obscuras. Trata-se de nos orientarmos para uma concepção do poder que substitui o privilégio da lei pelo ponto de vista do objectivo, o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia táctica, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e mutável de relações de força em que se produzem efeitos globais (Foucault, 1994: 105). Em termos ideológicos o “discurso público” reforça convincentemente a hegemonia dos valores do discurso dominante, considerando que é no domínio público que os resultados das relações de poder são mais representativos, verificando-se na análise do “discurso público” que os grupos subordinados se apropriam voluntariamente dos termos da subordinação. As teorias resultantes do trabalho de James Scott permitiram compreender a diversidade de estratégias de resistências no quadro das relações de poder, ao longo deste estudo, por evidenciarem a capacidade dos agentes sociais adequarem processos de luta em função dos seus interesses e na satisfação das suas necessidades, mas também de produzirem actos desinteressados e solidariedades de classe.

A investigação histórica versou várias ligações entre espaços que concebi como “terreno”, e outras que não imaginei desta forma. Se por um lado questionei as pessoas na tarefa de investigar “documentos humanos” (Gri-aule, 1969: 19), por outro também inquiri os documentos, “testemunhas que só falam quando as interrogamos” (Marc Bloch, 1997: 231). Mas a metáfora do diálogo com os documentos não foi levada muito longe, por ser através da conversação com as pessoas que encontrei as respostas às minhas questões. No entanto, as fontes orais e documentais serviram para reconstruir os acontecimentos em diferentes escalas, resultando no cruzamento de documentos procedentes de arquivos nacionais, regionais, locais e particulares que em alguns casos se complementaram por meio de exercícios de *bricolage*⁹. Em termos epistemológicos não considero que existam diferenças

⁹ Nesta encruzilhada realizei pesquisa no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), focalizada na correspondência do Gabinete do ministro do Interior, no Arquivo Salazar (Guarda Fiscal e Guerra de Espanha), no arquivo da União Nacional (correspondência com a Comissão Concelhia de Barrancos) e no Arquivo da PIDE/DGS (ordens de serviço, registo de presos, relatório 1932-1938) durante os anos de 1936 a 1939, apesar de algumas questões surgidas no terreno exigirem o enfoque noutras datações e materiais. O Arquivo Histórico Militar constituiu uma das maiores fontes de documentação relativamente aos procedimentos e acções de controlo e vigilância da fronteira durante o conflito espanhol (envolvendo a correspondência entre o exército com as restantes forças militares no terreno), colmatando a inexistência de materiais no Arquivo da Guarda Nacional Republicana e no Arquivo do Comando Geral da Guarda Fiscal. A nível regional consultei o Arquivo do Governo Civil de Beja (correspondência com o concelho de Barrancos

fundamentais entre fontes orais e fonte escritas, considerando que tanto a memória como os documentos são socialmente construídos (Pollack, 1992). Também Halbwachs (1950) assinalou que as fontes escritas não são mais autênticas do que as fontes orais, e que ambas devem ser analisadas criticamente, sendo este o critério indispensável àqueles que concebem a prática historiográfica como científica. Mas as metodologias científicas não protegem os investigadores do envolvimento com as pessoas, pelo contrário, o compromisso é fundamental para estabelecermos a base das relações de reciprocidade e de confiança com as pessoas ou com os grupos sociais que estudamos. Se alguma coisa tem distinguido os antropólogos no terreno tem sido o envolvimento, e desde a “reinventada” antropologia do início dos anos 70 até à *barefoot* antropologia dos anos 90, estar comprometido já não constitui um problema ético-político (Edelman, 2001). O compromisso torna-se ainda mais imperioso quando trabalhamos acontecimentos sociais violentos, e nos relacionamos com pessoas sofridas ou socialmente olvidadas, manifestando-se por vezes ao nível de redes de solidariedade, ou no apoio a iniciativas cívicas. Ao longo deste trabalho participei em numerosos encontros, jornadas, visitas de estudo de âmbito académico e cívico, a convite de associações e instituições em ambos os lados da fronteira, divulgando resultados parciais deste estudo junto de públicos muito diversificados, ciente de que somos, obviamente, parte da realidade que procuramos estudar e modificar (Smith, 2007: 229).

1935-1938), de forma a preencher os vazios da documentação do Arquivo Histórico Municipal de Barrancos. A consulta do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Moura incidiu na troca de correspondência para dar resposta a questões concretas. A consulta no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças teve por objectivo os registos de apreensão de mercadorias pelo Batalhão n.º 2 da Guarda Fiscal, 3.ª Companhia, Secção de Safara (1941-1951), desconhecendo-se os fluxos anteriores a este período por escassez de documentação (Rovisco, 2009: 91). No caso dos arquivos espanhóis do Ministerio Del Interior, Archivo General, Madrid, Archivo Histórico Nacional, Archivo Histórico Provincial de Huelva e Archivo Histórico Provincial de Cádiz os pedidos de documentação, pela sua especificidade, foram formulados via Internet ou consultados online como o caso da Causa General, cuja liberação dos documentos à consulta torna-a propriedade de todos, e objecto da História. Outras fontes consultadas online foram o Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica de Barrancos 1950, no Instituto Geográfico Cadastral, o Arquivo da Assembleia da República relativamente ao Concelho de Barrancos, e os institutos nacionais de estatística de Portugal e Espanha, independentemente do uso de diversas fontes e recursos online pertinentes para este trabalho. Para além dos arquivos históricos consultei a imprensa da época, nacional e regional de 1936 na Hemeroteca de Lisboa, focalizando a pesquisa nas narrativas e imagens sobre os refugiados espanhóis.

